

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE GÊNERO NA FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL

Camila Gomes Silva ¹

Daniel Francisco De Souza Santos ²

RESUMO

O modelo tradicional familiar hegemônico atual, com base no sistema binário dos gêneros, nos traz diversos questionamentos direcionados aos debates referentes à diversidade sexual e de identidade de gênero diante das mudanças nas configurações familiares que surgem nas últimas décadas. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo fazer um levantamento dos aspectos históricos, culturais, sociais e econômicos que abrangem a família, bem como a evolução da constituição familiar que resultou no modelo patriarcal com intuito de desnaturalizá-lo. Ademais, será discursado sobre a importância desse debate na formação em Serviço Social devido à relevância dos estudos de gênero para um exercício profissional de qualidade norteado pelo projeto ético político da profissão.

Palavras-chave: Família. Patriarcado. Mulheres. Gênero. Serviço Social. Diversidades.

Graduando em Serviço Social - UFF/Campus Rio das Ostras ¹

Graduando em Serviço Social - UFF/Campus Rio das Ostras ².

INTRODUÇÃO

Sabe-se que o trabalho é a práxis fundante do ser social, é por meio dessa atividade que se concentra a centralidade do desenvolvimento humano, ou seja, as estruturas do capital se relacionam diretamente com a superestrutura da sociedade. No capitalismo, com a divisão social e técnica do trabalho pautada na propriedade privada a família segundo Engels (1884) se constitui como uma instituição econômica, a qual os papéis sociais serão definidos em prol da organização do trabalho. O patriarcado é base da estrutura familiar nuclear e se centra na figura do homem e seu domínio sobre a mulher se expressa de diversas formas, das maneiras mais sutis a violências mais explícitas.

A sociedade muda constantemente e as diferentes formas de se relacionar são construídas de acordo com os aspectos culturais, sociais e econômicos do momento histórico vivido. Todo esse processo influencia diretamente na constituição da família, instância que faz a mediação entre o indivíduo e a sociedade, compondo a gama de instituições envolvidas com a reprodução e manutenção da ordem social. A família é o primeiro grupo social ao qual as pessoas têm contato, é um elemento ativo, uma instituição em transformação que pode assumir novos moldes de acordo com os processos históricos.

Nesse sentido, na contemporaneidade a estrutura familiar vem ganhando novas configurações. O modelo familiar nuclear (pai, mãe e filhos) vem sendo substituído por diferentes arranjos familiares, que acompanham a complexidade do desenvolvimento humano e a autonomia dos sujeitos: casais homoafetivos, relacionamentos poligâmicos, famílias mononucleares e etc., famílias que vão além de laços sanguíneos, que partem de diversas relações afetivas.

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FAMILIAR

O patriarcado reafirma a estrutura opressora do capitalismo e é estritamente funcional para a manutenção do mesmo. Mas a família nem sempre teve a estrutura patriarcal como conhecemos. Ao estudar a origem da família, pode-se compreender a razão pela qual a sociedade se esforça nesse processo de reprodução da desigualdade entre homens e mulheres e chegar à conclusão que, no geral, trata-se de interesses relacionados à posse e acúmulo de bens materiais.

Através do texto de Engels (1884) e Sarti (1992) é possível perceber que a relação antagonica entre homens e mulheres foi construída através de um longo processo histórico.

Na sociedade não havia a divisão da família como conhecemos hoje, na sociedade primitiva existiam os laços de parentescos, a exemplo disso: os filhos tinham vários pais e mães dado a relação entre mulheres e homens. Um trecho do texto de Engels (1884) retrata esse fato, dizendo que o estudo da história primitiva revela-nos uma condição em que os homens praticam a poligamia e suas mulheres a poliandria, e conseqüentemente, os filhos de uns e outros eram considerados comuns.

Sarti (1992) elucida e desmistifica a ideia errônea de que a família cabe apenas em um padrão imposto socialmente, trazendo exemplos de sociedades que se comportam de maneira totalmente distinta à que se conhece ocidentalmente e, claro, que possuem um modelo de família que também se difere do modelo ocidental. Nas sociedades tribais, por exemplo, os laços de parentesco eram a base das relações sociais, indo além da família. Eram relações de descendência (entre pais/mães e filhos), relações de consangüinidade (entre irmãos) e relações de afinidade (de aliança). Sendo assim, a família não provém da unidade biológica da mera reprodução, mas se pauta por das normas sociais de transmissão de direitos de uma geração para a outra. A autora afirma que o parentesco vai além da relação de consangüinidade, trata-se de relações de aliança e de afinidade, ou seja, a construção da família se encontra no âmbito cultural.

O INTERESSE ECONÔMICO POR TRÁS DA CONSTRUÇÃO FAMILIAR PATRIARCAL

Era normal a relação entre pais e filhos ou entre irmãos. O tabu do incesto proibiu o relacionamento com indivíduos do mesmo grupo, surgindo a necessidade de se relacionar com outras pessoas, através do casamento, ligando dois grupos distintos. O casamento possuía um caráter social, pois se tratava de uma aliança para evitar o confronto entre tribos e não da satisfação sexual dos indivíduos.

A construção cultural da família no passado nos é estranha e absurda, hoje. Isso porque o modelo familiar nuclear, mais próximo da família biológica, é muito difundido na sociedade. A desnaturalização da família tradicional causa estranhamento, quando observamos a estrutura familiar em transformação, como, por exemplo, no caso de famílias constituídas por casais homossexuais. A manutenção de uma estrutura nuclear familiar (pai, mãe e filhos), perante a sociedade é mais importante do que a saúde destes relacionamentos, com o bem estar dos indivíduos envolvidos.

A monogamia também era uma ferramenta para manutenção de interesses econômicos pautados na propriedade privada. Não é natural do ser humano, não é uma

necessidade de um amor sexual individual, mas uma intenção de se concentrar riquezas, transmitida aos filhos através da herança.

Engels (1884) retrata as mudanças nas famílias, ao longo da história, mostrando a evolução que se deu para chegarmos à constituição de família atual. O que antes era constituído baseado na figura da mãe, dá lugar ao patriarcado. O homem predomina, controla as relações e sua paternidade é indiscutível.

O PATRIARCADO E O PODER DO MACHO

O fundamentalismo patriarcal sugere o homem como o “chefe da casa e da família”, mantém sob seu poder, a mulher, os filhos, certo número de escravos e o direito de vida e morte sobre todos eles. O patriarcado é o 1º efeito do poder exclusivo do homem dentro da família, uma relação de dominação do homem sobre a mulher: ele é o burguês e ela o proletariado.

Engels (1884) ao analisar a figura da mulher na sociedade atual, pontua que esta para o homem, não passa, afinal de contas, da mãe de seus filhos legítimos, seus herdeiros, aquela que governa a casa e vigia as escravas e estas podem ser transformadas em concubinas, à sua vontade. A existência da escravidão junto à monogamia, a presença de jovens e belas cativas que pertencem, de corpo e alma, ao homem, é o que imprime desde a origem um caráter específico à monogamia que é monogamia só para a mulher, e não para o homem. E, na atualidade, conserva-se esse caráter.

As mulheres deviam ansiar por matrimônio com um só homem, renunciando a aliança por grupos. Porém o homem nunca foi proibido disto, mantendo relações com outras pessoas fora do casamento. A monogamia é cobrada somente as mulheres, os homens têm o direito de adular, manter diversas relações fora do casamento. A monogamia representa a derrota do sexo feminino e o triunfo da propriedade privada.

Segundo Engels (1884), a mulher é a primeira propriedade privada no sistema capitalista, possuindo funções claras nessa instituição econômica que é a família.

Um dos aspectos marcantes na atualidade é o lugar em que a mulher deve ocupar na sociedade, digo: o espaço doméstico e, como consequência, o espaço público é destinado aos homens

Na sociedade patriarcal, o lugar e os papéis que homens e mulheres são ditados a realizar, são distintos. De maneira geral, ao homem é atribuído o espaço público e atividades que envolvem força e à mulher, o espaço doméstico, as tarefas de casa e o cuidado dos filhos.

Essa distinção de responsabilidades mostra claramente o resultado da história e demonstra a processualidade histórica da relação de gênero.

Safiotti (1987) diz que quando se afirma que é natural a mulher ocupar o espaço doméstico, deixando livre para o homem o espaço público, está-se, rigorosamente, naturalizando o resultado da história. A mulher conhecida como o “sexo frágil” deve ser a responsável em cuidar do lar e dos filhos, ser submissa ao marido e compreender que na relação, o homem é o chefe do lar, o que dita às regras e detém o poder sobre ela em todos os aspectos. Esse conceito é culturalmente reproduzido, passando de mãe para filha.

Há um processo de naturalização da atribuição do papel feminino na organização da casa e no cuidado dos filhos. A administração do espaço doméstico é destinada à mulher, naturalmente, pela sua capacidade de ser mãe. Isso permeia todas as classes sociais, mesmo que esta mulher trabalhe fora, a dupla jornada é uma realidade. Ou seja, por meio dessa lógica, o fato de ter a capacidade de ser mãe acaba por justificar a necessidade de toda mulher ocupar o espaço doméstico e dedicar-se somente e exclusivamente ao cuidado dos filhos e do marido por ser compreendido esse como seu destino por natureza.

Logo, devido ao fato de estarmos em uma sociedade imersa em valores conservadores, que oprimem e violentam, essa revela suas constituições e limites em diversas esferas, inclusive na familiar. É quase uma regra que a mulher é subordinada ao homem e isso ocorre em qualquer ambiente. O poder do macho é fundamentado em aspectos insuficientes e incoerentes. A superioridade do homem é definida pela força, pela inteligência ou pela resistência, fatores que não possuem nenhuma comprovação científica e lógica.

O direito da mulher foi retirado pela sociedade patriarcal, e assim tem-se a reprodução e o fortalecimento do machismo. Segundo Engels (1884) diante do desenvolvimento econômico, quanto mais as relações se distanciavam do seu caráter primitivo, mais opressivas se tornavam para as mulheres.

Consolida-se, portanto, a centralidade do homem e a sujeição da mulher. Isto, pois, a mulher. Ou seja, o patriarcado se explicita como forma de controle social de um sistema de produção dominador que posiciona a família como uma unidade econômica.

QUESTÕES DE GÊNERO

Há uma diferença nos conceitos de gênero e sexo. Segundo Piscitelli (2009), gênero é o caráter cultural das diferenças entre homem e mulher, entre feminilidade e masculinidade. Já sexo é vinculado à biologia. A identidade de gênero distingue natureza e cultura (psicologia, sociologia, incluindo todo o aprendizado vivido desde o nascimento).

É importante ressaltar que o gênero é algo construído socialmente, ou seja, trata-se de uma construção a partir dos padrões de socialização de uma determinada sociedade. Há uma discriminação em diferentes tempos históricos e em diferentes partes do mundo. Os processos não são idênticos, mas é comum o costume de justificar a discriminação mediante atribuições de qualidades e traços temperamentais distintos entre homens e mulheres, que são utilizados para delimitarem seus espaços de atuação, sendo considerados traços inatos do indivíduo.

As desigualdades entre homens e mulheres não está presente somente nas atribuições específicas de cada gênero. Essa diferença também permeia outras esferas sociais. Um exemplo disso é que no Brasil, as mulheres, em média, têm anos de estudos a mais que os homens, sendo essa diferença ainda maior no nível superior. Porém isso não reflete numa igualdade salarial, pelo contrário, as mulheres continuam ganhando menos que os homens, estando no mesmo cargo e realizando a mesma tarefa. Isso se agrava ainda mais quando se trata de mulheres negras.

De acordo com Piscitelli (2009), a cada 15 segundos, uma mulher é espancada no Brasil. Na maioria das vezes, os casos são cometidos por seus companheiros ou ex. Mas elas não sofrem somente violência física. Há outros tipos de agressões que se tornam invisíveis por não “deixarem marcas”, como a violência moral, patrimonial e psicológica.

Piscitelli (2009) diz que quando nascemos, somos classificados como meninos ou meninas de acordo com nossos órgãos genitais. Porém sabemos que as maneiras de ser homem ou mulher não derivam desses genitais, pois a identidade de gênero está no plano da cultura, dos hábitos e do aprendizado, variando segundo o momento histórico, o ambiente e a classe social. Às vezes, algumas pessoas nascem com traços genitais de um sexo, mas sua identidade de gênero está associada ao outro sexo. Há também os que nasceram tendo desenvolvido parcial ou completamente órgãos sexuais masculinos e femininos, são os chamados de “sexo ambíguo ou intersexo”. Ou ainda aqueles cuja genitália é incompletamente formada. Nesses casos, os médicos tendem a sugerir intervenções cirúrgicas para definir o sexo na reconstituição dos órgãos genitais, retirando qualquer ambigüidade deles.

As formulações de gênero que impactaram a teoria social foram formuladas na década de 70, a partir do pensamento feminista. Pensava-se em gênero articulado à sexualidade. Enquanto o sexo era considerado como um aspecto fixo, ligado a natureza, o gênero era visto como algo cultural, variável e flexível. Não era tratado apenas como uma identificação com um sexo, mas como uma obrigação que o desejo sexual fosse orientado

para outro sexo. E aí se tem a opressão dos homossexuais como produto do mesmo sistema cujas regras oprimem as mulheres.

Conforme Piscitelli (2009)descreve, a partir da década de 1990/2000 esses conceitos foram repensados. Surgiu a “Nova Política de Gênero”, movimento de reivindicação de direitos sexuais, que defende os direitos de intersexos, transexuais e travestis. Pessoas que resistem as classificações lineares como “homens” ou como “mulheres”. Nas novas leituras de gênero, considera-se que a distinção entre masculino e feminino não esgota os sentidos do gênero.

É questionado a coerência entre sexo (órgão sexual masculino ou feminino), gênero (aparência masculina ou feminina) e desejo sexual (supostamente deveria ser sempre um desejo heterossexual). As pessoas são consideradas seres humanos adequados quando há uma coerência “social” entre as modalidades de sexo, gênero e desejo. Quando se tem uma dissonância, tal pessoa é considerada quase um não humano, um estranho, anormal. As pessoas que não mostram essa coerência parecem desordenar o pensamento hegemônico do gênero. Por outro lado, a existência dessas pessoas sugere que ao pensar em gênero, não se pode restringir somente a homens e mulheres, a masculino e feminino. É necessário incluir todas essas categorias de pessoas, não só no reconhecimento de suas distinções e nomeações, mas no reconhecimento também de seus direitos.

Por muito tempo, a noção de discriminação de gênero foi destinada somente às mulheres. , Porém hoje, além das mulheres, principalmente as pobres e negras, inclui-se nas questões de gênero, os intersexuais, homossexuais, transexuais, travestis, que estão sujeitos à violência tanto quanto as mulheres, sofrendo preconceitos, chacotas, humilhações, agressões, abusos sexuais e até mesmo assassinatos devido a sua identidade de gênero. O Brasil, por exemplo, é o país que mais mata transexuais.

A IMPORTÂNCIA DO DEBATE DE GÊNERO NO SERVIÇO SOCIAL

O assistente social lida diretamente com as expressões da questão social, através das políticas públicas. O profissional tem como objetivo, estimular a cidadania dos usuários, bem como o debate sobre as políticas públicas, efetuando resgate histórico, colocando-as como resultado da luta organizada dos trabalhadores. Além de fortalecer a luta pela ampliação e garantia dos direitos sociais.

O assistente social tem como obrigação atender as demandas trazidas pelos usuários, de acordo com seu código de ética, não se limitando somente a responder suas necessidades imediatas, mas analisar criticamente o contexto histórico em que o indivíduo está inserido.

Como a realidade é histórica, estão sempre surgindo novas demandas que precisam ser tratadas pelos assistentes sociais. Estes precisam estar em constante capacitação profissional para estarem aptos a lidar com essas novas problematizações. Um exemplo de questão social atual e muito ocorrente é a questão de gênero, que permeia todas as idades e classes sociais.

O debate de gênero no Serviço Social é importante, pois acrescenta ao profissional, uma concepção mais crítica sobre os fundamentos da família como uma construção social, uma unidade econômica fundamental para a produção do capital. Soma à formação, conhecimento para uma atuação mais qualificada junto aos usuários, baseada no estudo da origem da família e da diferença e diversidades entre gêneros.

É importante uma atuação profissional que oriente a mulher quando não são reconhecidas enquanto vítimas, mas pelo contrário, são culpadas pela agressão, violência ou estupro. É um espaço de questionamento da expressão de uma sociedade que não dá voz as mulheres, aos gays ou transexuais que, não reconhece as próprias desigualdades visíveis e que adversamente, dá a eles invisibilidade.

Nesse sentido, o estudo de gênero é fundamental oferecer uma base teórica para uma perspectiva não só profissional, mas também pessoal que possam direcionar o sujeito a um caminho ético. É necessário desnaturalizar tais construções sociais para que além de não contribuímos com uma realidade desigual e preconceituosa, lutemos contra os processos de violência, que nos posicionemos enquanto indivíduos que participam da realidade que possuem determinada potencialidade interventiva para transformá-la.

CONCLUSÃO

Concluimos que a compreensão da família para além de determinantes biológicos, mas construída culturalmente, entrelaçada com um modo de produção capitalista, funcionando como uma unidade econômica é imprescindível para que se entenda, por exemplo, a formação de novos arranjos familiares, pautados na diversidade sexual e de gênero e na inadmissibilidade da violência nos diversos espaços.

O estudo de gênero é de imensa importância para a formação profissional, devido o seu potencial desvelador dos valores construídos acerca das relações sociais e do que as constituem. Este conhecimento sobre gênero, a desnaturalização é essencial para que possamos viabilizar possibilidades de escolha aos sujeitos, estimulando sua autonomia, contribuindo para sua autoconstrução social, lutando pelo seu reconhecimento e pelos seus direitos específicos quanto ao gênero, os dando voz. Também temos papel fundamental na

orientação e no reconhecimento do que é violência, discriminação, preconceito ou crime (muitas mulheres, gays ou transexuais têm dificuldade de se enxergar como vítimas, reconhecer tal situação ou contexto como um tipo de violência, só entendendo quando chega a caso extremo como agressão física ou estupro) e como combatê-los legalmente.

Nas instituições sociais, seremos constantemente requisitados pra lidar com situações que são perpassadas por tal construção histórica, o que exige uma posição efetiva do assistente social a favor dos direitos sociais, estes que são, muitas vezes, reduzidos ou negados ou em uma sociedade que gera desigualdades, principalmente no neoliberalismo, período de intensificação da redução de políticas públicas e da reiteração do conservadorismo, ameaçando cada vez mais o que já fora conquistado. Então torna-se crucial um exercício profissional qualificado que propicie aos usuários, escolhas éticas que humanizam.

Por ultimo, ressalto a importância de se ampliar o estudo de gênero diante da nossa realidade brasileira. Um país extremante preconceituoso, machista, homofóbico, cujos índices de feminicídio e de crimes contra gays ou transexuais são enormes. Trazendo o assunto para mais próximo da nossa realidade, destacamos a real necessidade de se estudar, aprofundar, compartilhar e divulgar os debates de gênero, dentro do nosso município de Rio das Ostras, conhecido como a “capital do estupro” e como seria importante a presença da UFF-CURO, como ferramenta de produção e divulgação do estudo de gênero, sendo na ampliação do oferecimento de disciplinas que tratem o assunto, seja realizando oficinas, projetos que levem tais informações à população riostrense.

REFERÊNCIAS

ENGELS, Frederic. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. 1884. (arquivo digital). Parte 1 – Estágios Pré-Históricos de Cultura. P 1-20.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: **ALMEIDA**, Heloisa Buarque de; **SZWAKO**, José (Orgs.). Diferenças, igualdade. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009 - (Coleção sociedade em foco: introdução às ciências sociais).

SARTI, C.A Contribuições da antropologia para o estudo da família. Psicologia USP. São Paulo, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth. O Poder do Macho. Editora Moderna, São Paulo, 1987. P8-20. Item:1 Papéis Sociais.